PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTITUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CREDENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

METODOLOGIA: O conteúdo dos cursos de Extensão pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO: O programa de Extensão / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas	■	■			INTERVALO	■	■		
E-books Audiobooks		■	■		INTERVALO		■	■	
Atividades/Interação				■	INTERVALO				■
Suporte c/Tutoria			■	■	INTERVALO			■	
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

SINCRONICIDADE: Os programas de Extensão / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO: Os programas de Extensão / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO: Nos programas de Extensão / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de

avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: Os programas de Extensão / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. MATERIAIS DIDÁTICOS: Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO: Os programas de Extensão / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. SOBRE A

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Lei de Abuso de Autoridade e IA: Compliance e Segurança

CARGA HORÁRIA: 340 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 43 dias.

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 120 dias.

OBJETIVOS GERAIS:

Domine a Lei de Abuso de Autoridade na Era da Inteligência Artificial

O curso **Lei de Abuso de Autoridade e IA: Compliance e Segurança** foi desenvolvido para capacitar profissionais do Direito, agentes de segurança pública, gestores, servidores públicos e demais interessados que buscam atualização sobre os limites da atuação estatal diante das novas tecnologias. Com abordagem moderna e prática, o programa analisa a lei número 13.869 de 2019, a lei número 14.321 de 2022 (Lei Mariana Ferrer), a LGPD e os impactos da Inteligência Artificial na atividade pública.

Atualização Jurídica com Foco em Casos Reais e Jurisprudência

Ao longo do curso, o aluno compreenderá os fundamentos do abuso de autoridade, os crimes em espécie, as sanções penais, civis e administrativas, os procedimentos processuais e os efeitos da condenação. Também serão estudados casos concretos envolvendo reconhecimento facial, provas digitais, acesso a dados em nuvem, uso de redes sociais por agentes públicos e decisões recentes do STF e do STJ, proporcionando uma visão aplicada das principais controvérsias jurídicas da atualidade.

Inteligência Artificial, LGPD e Compliance no Setor Público

O conteúdo aborda os desafios do uso de biometria, machine learning, policiamento preditivo e sistemas automatizados de tomada de decisão. O aluno aprenderá como identificar riscos de violações de direitos fundamentais, compreender os impactos dos vieses algorítmicos e implementar práticas de compliance, governança digital, proteção de dados e segurança da informação compatíveis com as exigências legais contemporâneas.

Diferencial Competitivo para Profissionais e Servidores Públicos

Com linguagem acessível, estudos de caso, exercícios comentados e análise aprofundada da legislação, o curso oferece conhecimentos indispensáveis para quem atua ou pretende atuar em áreas relacionadas à segurança pública, investigação, controle interno, corregedorias, advocacia, Ministério Público, Poder Judiciário e gestão pública. Trata-se de uma formação estratégica para enfrentar os desafios jurídicos e tecnológicos que moldam o futuro da Administração Pública brasileira.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, consequentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

FUNDAMENTOS DO ABUSO DE AUTORIDADE: DISPOSIÇÕES GERAIS, SUJEITOS DO CRIME E AÇÃO PENAL (ARTS. 1º A 3º)
Introdução à Lei de Abuso de Autoridade; Disposições Gerais e Finalidade da Lei; Sujeitos Ativos e Passivos dos Crimes de Abuso de Autoridade; Coautoria e Participação; Competência para o Processo e Julgamento; Ação Penal e seus Aspectos Fundamentais; Requisitos para Responsabilização do Agente Público.
EFEITOS DA CONDENAÇÃO E DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS – ARTS. 4º E 5º
Introdução; Conceitos Iniciais; Efeitos da Condenação na Lei Nº 13.869; Das Penas Restritivas de Direitos na Lei Nº 13.869.
SANÇÕES DE NATUREZA CIVIL E ADMINISTRATIVA – ARTS. 6º A 8º
Introdução; Conceitos Iniciais; Sanções de Natureza Civil e Administrativa na Lei Nº 13.869.
CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE: ESPÉCIES, GARANTIAS FUNDAMENTAIS E DESAFIOS DIGITAIS (ARTS. 9º A 38)
Introdução aos Crimes em Espécie; Prisão e Condução Coercitiva Manifestamente Ilegais; Garantias do Preso e Direitos da Defesa; Constrangimentos Ilegais em Investigações e Interrogatórios; Violação de Domicílio e Outras Garantias Constitucionais; Produção, Preservação e Utilização de Provas, Cadeia de Custódia e Provas Digitais; Investigações sem Justa Causa e Requisições Abusivas; Abusos em Procedimentos Judiciais e Administrativos; Acesso a Informações, Bloqueios Patrimoniais e Atos Processuais; Exposição Indevida de Investigados, Antecipação de Culpa e Responsabilidade pelo Uso de Redes Sociais e Tecnologias Digitais.
PROCEDIMENTO E DISPOSIÇÕES FINAIS – ART. 39 A 45
Introdução; Procedimento; Disposições Finais.
CRIME DE VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL - LEI Nº 14.321/2022 – LEI MARIANA FERRER

Conceito, Caracterização e Classificação do Crime; Ação ou Omissão de Agente Público no Atendimento à Vítima ou Testemunha de Violência; Da Proteção dos Direitos da Vítima de Infração Penal ou Testemunha de Crimes Violentos; Sujeito Ativo do Crime de Abuso de Autoridade; Revitimização; Bem Jurídico Tutelado; Objeto Material do Crime; Destinatárias da Norma ou Sujeitos Passivos do Crime; Sujeito Passivo Mediato ou Secundário.

O TRATAMENTO DE DADOS PELO ESTADO E A LGPD: LIMITES E ABUSOS

Introdução à Lei Geral de Proteção de Dados no Setor Público, Segurança e Persecução Penal; Acesso, Uso e Compartilhamento de Banco de Dados por Agentes Públicos; O Vazamento de Dados Sigilosos, Quebra de Segredo de Justiça e as Responsabilidades do Agente; Medidas de Compliance e Segurança da Informação para Mitigação de Riscos Legais.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA: RISCOS, COMPLIANCE E ABUSO DE AUTORIDADE

Conceitos Fundamentais de Inteligência Artificial, Machine Learning e Policiamento Preditivo; O Uso de Biometria e Tecnologias de Reconhecimento Facial na Segurança Pública; Vieses Algorítmicos, Racismo Estrutural e o Risco de Prisão Manifestamente Ilegal; A Terceirização da Decisão para a Máquina e a Necessidade de Supervisão Humana; Marco Regulatório da Inteligência Artificial no Brasil, Accountability e Transparência Algorítmica.

ESTUDOS DE CASOS: A JURISPRUDÊNCIA E A TECNOLOGIA APLICADA

Prisões Preventivas Baseadas Exclusivamente em Reconhecimento Facial Falho; Acesso Imotivado a Celulares, Dados em Nuvem e WhatsApp sem Ordem Judicial à Luz da Jurisprudência do STJ; Violação de Prerrogativas no Meio Digital e o Acesso Ilegal a Conversas entre Advogados e Clientes; Aplicação Prática e Condenações Recentes Envolvendo o Crime de Violência Institucional.

BATERIA DE EXERCÍCIOS DE REVISÃO E FIXAÇÃO

Questões de Múltipla Escolha sobre a Lei Nº 13.869 de 2019 de Bancas de Concursos Públicos; Questões Inéditas Cruzando a Lei de Abuso de Autoridade com Situações de Inteligência Artificial e LGPD; Resolução de Casos Práticos Discursivos; Gabarito Integralmente Comentado com Indicação de Artigos e Jurisprudência Atualizada do STF e STJ.